



CONFERÊNCIA LIBERALIZAÇÃO DA ENERGIA

Mibel pode levar portugueses a pagar défice eléctrico espanhol

Espanha discute um novo modelo para o sistema eléctrico e portugueses temem efeito no mercado nacional.

Hermínia Saraiva
herminia.saraiva@economico.pt

O debate de quarta-feira nas Cortes espanholas, que visa aprovar um pacote de medidas para pôr fim a um défice tarifário que ronda os 24 mil milhões de euros, poderá ter um impacto directo na factura eléctrica dos portugueses. O alerta foi deixado na quarta-feira pelos participantes do XI Fórum Energia, organizado pelo Diário Económico.

“Os portugueses não ficarão imunes de pagar o défice espanhol”, vaticinou Nuno Ribeiro da Silva, presidente da Endesa Portugal, perante uma assistência que mais tarde ouviria da boca de Álvaro Alvarez, vice-presidente da Associação Portuguesa dos Industriais Grandes Consumidores de Energia Eléctrica (APIGCEE), que a factura energética empresarial vai aumentar em média oito euros.

Se entre 2010 e 2012 os custos por megawatts/hora (MW/h) aumentaram em média 30%, agora a factura pode aumentar em média 50% “com o impacto da fiscalidade prevista em Espanha”, que será “transferido por efeito do Mibel para Portugal”, estima Álvaro Alvarez. “Nesta conjuntura, os preços aumentarão oito euros em Portugal se não forem tomadas medidas para compensar esse aumento” em Espanha.

Artur Trindade, que presidiu à sessão de encerramento do XI Fórum de Energia, diz que o Governo está “a acompanhar de perto este processo”. O próprio secretário de Estado da Energia terá estado em Madrid a 18 de Outubro para discutir com o seu congénere espanhol “alguns detalhes dessa reforma” e na quarta-feira voltaram a falar ao telefone.

“É evidente que é possível que as alterações em Espanha tenham reflexos no nosso país e consoante esses reflexos existam e sejam mensuráveis, actuaremos em conformidade em defesa dos consumidores, mas não vou falar de medidas que não estão aprovadas em Espanha”, afirmou Artur



Manuel Ferreira da Oliveira, presidente executivo da Galp Energia: “se há concertação nos combustíveis, mandam-me prender!”



Nuno Ribeiro da Silva, presidente da Endesa Portugal, vê o copo meio cheio e além do possível aumento de tarifas acredita que as empresas portuguesas podem exportar mais energia.



Álvaro Alvarez, vice-presidente da APIGCEE, alerta para um aumento médio de oito euros por MW/h com as medidas implementadas para combater défice tarifário espanhol.

Trindade à saída da conferência.

Nuno Ribeiro da Silva diz que esta é uma inevitabilidade da criação do Mercado Ibérico de Electricidade (Mibel). A alternativa seria voltar a fechar as fronteiras. “A reforma que os espanhóis estão neste momento a votar em Espanha, embora não tenhamos ainda os contornos acabados, virá encarecer o preço médio do chamado mercado grossista de electricidade. Portugal e os consumidores portugueses não ficarão absolutamente imunes a pagar, ou a contribuir para o défice tarifário espanhol”, calcula o presidente da subsidiária portuguesa de uma das eléctricas espanholas a operar em Portugal.

Para Álvaro Alvarez está em causa a viabilidade de uma importante parte da indústria portuguesa. “Essa situação leva-nos a uma situação completamente limite na exploração das nossas empresas”, afirma o vice-presidente da associação que representa grandes empresas a operar no sector siderúrgico, cimenteiro, da pasta e papel e petroquímica, responsáveis por exportações na ordem dos 2.300 milhões de euros e por cerca de 10.000 postos de trabalho. “Se não forem tomadas medidas não existe grande viabilidade para estas indústrias em Portugal”, diz o presidente da APIGCEE.

Mas se para os consumidores as alterações do sistema eléctrico espanhol podem levar a um aumento da factura, no caso das empresas eléctricas pode haver boas notícias, reconhece Ribeiro da Silva. A ser aprovado o aumento da carga fiscal sobre a produção eléctrica, anunciado por Madrid, “isso pode tornar a produção de electricidade em Portugal mais competitiva”, o que, em última análise, poderá contribuir para alterar o perfil da balança externa, ao “inverter o que tem sido, nomeadamente este ano, uma tendência manifesta que é Portugal importar muita electricidade de Espanha. Este fluxo de importação poderá converter-se num fluxo de exportação”, diz o presidente da Endesa. ■



O painel sobre a liberalização energética, a nova política e as empresas contou com a presença de Pedro Pires João, administrador da EDP Comercial, Manuel Ferreira da Oliveira, presidente-executivo da Galp Energia, Rui Cartaxo, presidente da REN e Nuno Ribeiro da Silva, presidente da Endesa Portugal. A moderação esteve a cargo de António Costa, director do Diário Económico, (ao centro).



O MOMENTO

O sector eléctrico tem má imprensa” numa cultura em que se “confunde o Estado social com o Estado Pai Natal”. As declarações são de Nuno Ribeiro da Silva, presidente da EDP, que não poupa críticas ao Governo por “atizar a luta de classes” quando propõe uma política energética que vai pôr a energia ao serviço das famílias e das empresas, tirando as pessoas da realidade técnica”.

País não aguenta um

Secretário de Estado da Energia doiz esperar baixa de preços.

Irina Marcelino
irina.marcelino@economico.pt

O processo de liberalização do mercado eléctrico está a decorrer e estar agora a questioná-lo traria grandes problemas às operadoras energéticas, aos consumidores e à economia. Artur Trindade, secretário de Estado da Energia, disse na conferência de quarta-feira do Diário Económico que “o País não aguenta um falhanço no processo de liberalização”. Essencialmente “porque não se consegue suportar uma situação em que os custos subam de forma anormal. É fundamental que corra bem e é do interesse de todos, dos consumidores e dos operadores, que haja uma pro-

gressão correcta deste processo”, afirmou. Em última análise, defende: a liberalização serve para ter melhores preços para os consumidores. No entanto, alertou que “é um processo e que, como tal, tem riscos e dificuldades” e que, por isso, é “importante agir de forma vigilante e melhorar a regulação. É isso que estamos a fazer”.

A energia e o serviço público

Nuno Ribeiro da Silva, CEO da Endesa, disse esperar que não haja recuos na liberalização, tal como já aconteceu. “Para uma indústria que faz investimentos colossais e tem tempos de recuperação muito longos, este quadro regulatório coloca as empresas numa situação extremamente difícil”, afirmou Nuno Ribeiro da Silva. O presidente da Endesa



PONTOS-CHAVE

▶ Se não fossem as medidas do Governo, os CIEG (custos de interesse económico geral) teriam mais 400 milhões de euros, afirma Artur Trindade, secretário de Estado da Energia.

▶ Manuel Ferreira de Oliveira diz que o mercado dos combustíveis líquidos é dos mais transparentes no processo de formação de preços. "Se houver concertação, mandem-me prender."

▶ Para António Carlos Silva, presidente da Partex, a entrada de bancos, fundos de investimento e 'hedge funds' levou a uma complexificação de toda a dinâmica do mercado.



Paula Nunes

falhanço na liberalização da energia



Artur Trindade, secretário de Estado da Energia, garante que está em contacto com Madrid para avaliar possível impacto das mudanças no sistema eléctrico espanhol.



Pedro Pires João, EDP Comercial: "Há um ano, 6% das pessoas tinha optado pelo mercado liberalizado. Este ano, 700 mil pessoas passaram para este regime."

criticou ainda o facto de se entenderem os serviços energéticos como um serviço público, algo que defendeu, por exemplo, Victor Machado, da Deco, na mesma conferência: "A energia é um serviço público essencial. Para nós isto significa muito e defendemo-lo até à exaustão."

O optimismo em relação ao mercado liberalizado foi também foco de divergência entre as empresas e o representante dos consumidores.

Se Pedro Pires João, administrador da EDP Comercial, optou por destacar o facto de, nos primeiros nove meses do ano, 700 mil clientes terem passado para o mercado liberalizado, para o responsável da Deco, o mais relevante são os mais de quatro milhões que permanecem no mercado regulado. "Há poucos

motivos que possam motivar a mudança de tarifa. E a mudança tem riscos. A intensidade de mudança continua muito baixa", disse.

Vitor Santos, presidente da Entidade Reguladora do Sector Energético, optou por falar sobre os graus de concentração do sector energético, que são, em média, "superiores a outros sectores", dando como exemplo o mercado do gás natural, em que a Galp controla 69% do mercado e o segundo operador tem uma quota de 17%. O presidente da ERSE acredita, no entanto, que há sinais positivos. "Nos últimos meses, houve uma democratização da liberalização do sistema eléctrico do lado da oferta", referiu, considerando ainda que "os comercializadores entrantes têm maiores quotas de mercado". ■ **com H.S.**

Gasolina 'low-cost' obrigatória em 2013

Os consumidores devem poder escolher entre gasolina normal e 'low-cost' a partir de 2013 em todos os postos de abastecimento. A garantia foi dada pelo secretário de Estado da Energia, Artur Trindade, durante o XI Fórum Energia do Diário Económico. O CEO da Galp, Ferreira de Oliveira, afirmou, no entanto, que isso será muito difícil de colocar em prática. Na resposta, Trindade afirmou que os mercados liberalizados têm regras que devem ser cumpridas. "A lei é para cumprir e não é possível funcionar à margem da lei", declarou Artur Trindade. Sobre a concertação de preços de que muitas vezes se acusa as gasolineas, Ferreira de Oliveira disse que o sector dos combustíveis é dos mais transparentes que

existem. Mais do que o sector eléctrico, que "está dominado por contratos" que põem em causa a concorrência e fogem do processo competitivo do sector. O mercado de electricidade "é de uma complexidade que muito poucos entendem". Ferreira de Oliveira disse ainda que "não haverá nenhum outro sector que possa ser mais transparente no processo de formação de preço e mais competitivo em termos de eficiência de custos". "Se há concertação nos combustíveis, mandem-me prender", desafiou o presidente executivo da Galp Energia. "Num mercado perfeito, os preços são todos iguais e o mercado dos combustíveis em Portugal está muito próximo do mercado perfeito", concluiu.



CONFERÊNCIA LIBERALIZAÇÃO DA ENERGIA



Paula Nunes

Vitor Santos, da ERSE, fala no painel sobre "O impacto para os consumidores" do mercado liberalizado.

“Há escassez de inteligência na utilização de recursos”

Para o presidente da Partex, Portugal deve apostar na investigação dos seus recursos naturais.

António Costa Silva, presidente Partex Oil and Gas, chamou esta manhã a atenção para a falta de visão dos sucessivos Governos em Portugal em matéria de recursos energéticos.

“A questão central do País não é a escassez de recursos, mas a escassez de inteligência que tem existido ao nível da utilização dos recursos naturais”, afirmou o presidente da Partex, apresentando dados que apontam para a existência de recursos na Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Portugal.

De acordo com o presidente da Partex, existem dados que apontam para a existência de hidrocarbonetos, o que poderá ser confirmado pelas pesquisas que estão a ser realizadas pela Repsol, Petrobras e Galp na costa de Peniche e do Algarve. “São projectos de risco e a probabilidade de sucesso é da ordem dos 15%”, afirma Costa Silva. “É baixa, mas vale a pena investigar os nossos recursos”, apela.

Para o responsável, a China está a gerar um verdadeiro movimento tectónico no mercado energético mundial. Recorda que em 2008, o consumo desta matéria prima nos países que não fazem parte da OCDE ultrapassou a dos países que compõem esta organização internacional. Aliás, o especialista alerta para o facto de a indústria extractiva estar perante grandes desafios. “Nos próximos 20 anos os volumes de extracção terão de ser idênticos aos valores acumulados ao longo da História da humanidade. E não deixa de chamar a atenção para um outro factor de perturbação nos mercados. “Hoje o petróleo tem uma dupla personalidade, não é apenas uma matéria-prima, mas também um activo financeiro”, enfatiza António Costa Silva. Com a entrada de bancos, fundos de investimento e ‘hedge funds’ houve uma complexificação de toda a dinâmica do mercado. Recorrendo a um estudo da UNCTAD, uma organização das Nações Unidas, afirmou que no ano de 2000 havia 10 mil milhões de dólares investidos nesta ‘commodity’ e em apenas 11 anos passou para 450 mil milhões de dólares, ou seja mais 45 vezes. ■ H.S. e A.A.



Para António Costa Silva, presidente Partex Oil and Gas, a China está a gerar um verdadeiro movimento tectónico no mercado de energia.

Um regulador mais forte é fundamental para o mercado

ERSE, REN e secretário de Estado defendem que o regulador deve poder actuar e sancionar, mantendo e até reforçando sempre a sua independência.

Irina Marcelino

irina.marcelino@economico.pt

Um mercado liberalizado terá de ter uma regulação forte e com mais poderes. Esta foi uma das ideias fortes do XI Fórum Energia, organizado pelo Diário Económico, que se realizou na passada quarta-feira, e teve como objectivo debater as mudanças em curso no mercado da energia e o seu futuro.

Rui Cartaxo, presidente da Rede Eléctrica Nacional (REN) deu o mote ao afirmar que “temos de ter uma regulação independente”, demonstrando uma preocupação relativamente a possíveis cortes orçamentais que possam também abrandar as entidades regulatórias.

“Os cortes na função pública podem vir a afectar a regulação. É fundamental que a independência do regulador seja preservada. E as pessoas que lá trabalham também devem ser independentes”, afirmou o responsável da REN. Um sentimento partilhado por Victor Machado, representante da Deco no conselho tarifário da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). O responsável pela defesa dos consumidores alertou para o papel que a regulação desempenha para o equilíbrio de poderes entre operadores e consumidores.



Vitor Santos, presidente da ERSE: “Antes, o papel da ERSE era fixar tarifas. Hoje é essencial que tenhamos competências adicionais”.



Rui Cartaxo, presidente da REN diz que “é essencial que a independência do regulador seja preservada”.



Victor Machado, da DECO afirma: “Tenho de lembrar as regras do jogo: a energia é um serviço público essencial. E os vossos clientes estão insatisfeitos”.



Gonçalo Anastácio, sócio da SRS Avogados, alerta: “A eliminação de tarifas reguladas terá um impacto grande sobre a forma como é calculado o preço”.

Em estilo de resposta, Vitor Santos, presidente da ERSE confessou que “pela via da persuasão, temos muitas dificuldades em fazer cumprir a lei”. Contudo, o responsável máximo pela regulação não descartou a importância da dissuasão através de um regime sancionatório. “Quero crer que o regime muitas vezes nem vai ter de ser aplicado - os próprios operadores, sabendo da existência das sanções, mudarão o seu comportamento”, salientou Vitor Santos. Uma declaração em resposta a uma pergunta sobre o que sucederia às empresas com comportamentos abusivos na venda de produtos energéticos, como as que foram descritas por Victor Machado, da Deco.

Artur Trindade, secretário de Estado da Energia, defendeu a mesma ideia ao afirmar que o “reforço da regulação é fundamental”, assim como de “um regime sancionatório”, acrescentando que o tema já está em discussão na Assembleia da República, com a nova proposta de lei quadro para o sector.

Sobre o papel que a regulação deverá passar a ter, Vitor Santos, presidente da ERSE, não teve dúvidas: Deve ser “proactivo”, formar e informar os consumidores relativamente à passagem que vão fazer entre a tarifa regulada e a liberalizada. ■

Governo não está contra renováveis

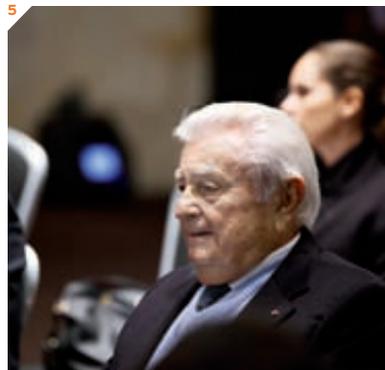
“As energias renováveis são um aspecto importante a seguir. Mas não devem ser uma bandeira política”. Foi desta forma que Artur Trindade, secretário de Estado da Energia, justificou a ideia de que o Governo “não é contra as energias renováveis”. “Defender as renováveis não é defender custos inoportunos para o consumidor. A verdadeira forma de defendê-las é apostar nelas com um preço corrigido”, concluiu ainda o responsável governamental. Antes, o presidente da REN, Rui Cartaxo, afirmou que existem “alguns riscos de recuo significativo” nomeadamente nas energias renováveis.



Fotos: Paula Nunes

ID: 44535022

02-11-2012



1 Aspecto da assistência ao XI Fórum Energia que se realizou quarta-feira no Hotel Sheraton, em Lisboa, e por onde passaram cerca de 120 pessoas.
2 António Comprido, secretário-geral da Apetro, marcou presença.
3 Carlos Gomes da Silva, administrador da Galp Energia.
4 António Costa, director do Diário Económico, com António Costa Silva, presidente da Partex.
5 Marcel de Botton foi um espectador atento.
6 Luís Moura, da Galp Energia, conversa com Carlos Oliveira, da DGEG.
7 Gonçalo Anastácio, da Sociedade Rebelo de Sousa Advogados, com Manuel Agria, do Instituto Português de Corporate Governance.
8 Rui Cartaxo, presidente da REN, à conversa com Manuel Ferreira de Oliveira, presidente executivo da Galp Energia.
9 Nuno Sousa e Silva, da Kema, com Hermínio Cravo Moreira, da ERSE.
10 Eduardo Cardadeiro, da Universidade Autónoma, António Varela, da Cimpor, e Pedro Fontes Falcão, do ISCTE.



PUB

XI FÓRUM ENERGIA

Patrocinador





ID: 44535022

02-11-2012

CONFERÊNCIA DA ENERGIA

Portugal não aguenta falhanço na liberalização do mercado da energia

O secretário de Estado da Energia, Artur Trindade, afirmou que a liberalização serve para melhorar os preços. ➔ **P30**

